

INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO REGULAR: ENTRE O DISCURSO OFICIAL E A REALIDADE DO COTIDIANO ESCOLAR

Eleny Brandão Cavalcante
elenycavalcante@hotmail.com

Liliane Viana Soares
Lili.vianasoares@hotmail.com

Patrícia Siqueira dos Santos
Paty07santos@hotmail.com

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

RESUMO: Este artigo propõe refletir sobre a inclusão do surdo no ensino regular, utilizando como metodologia a pesquisa de campo de cunho qualitativo, com aplicação de entrevista com roteiro semiestruturado, com 3 professores do ensino regular que possuem alunos surdos em sua turma. A interpretação dos dados foi feita através de 5 categorias: formação de professores, concepção de educação de surdos, concepção de língua de sinais, implementação da educação de surdos e avaliação da. Os professores tem formação para trabalhar com surdos, utilizam estratégias de ensino diferenciada, tem a libras como a língua própria dos surdos e avaliam a inclusão como em fase de implementação no município de Santarém.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Ensino Regular; Educação de Surdos.

INTRODUÇÃO.

A presente pesquisa é financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (GEPES) e consiste em um recorte da pesquisa “A política de educação de surdos no Município de Santarém”, que tem como objetivo verificar como está sendo implantada a política de educação de surdos no Município de Santarém, tanto na rede regular quanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na da rede municipal de ensino.

A educação de surdos tem sido alvo de muitas indagações, principalmente quando se discute a inclusão desses alunos na escola regular. Diversos pesquisadores e estudiosos defendem a inclusão como importante, tais como: Silva (2001) Brasil (2008), Carvalho (2011), o que vai exigir não só uma mudança na estrutura da escola, mas também, uma mudança de postura, atitudes e valores em respeito às diferenças.

Diante desse contexto, o papel de uma escola inclusiva se direciona na busca de uma educação que traga a todos seus alunos o acesso ao ensino-aprendizado e a permanência na escola, de modo que as necessidades e potencialidades de cada um sejam levadas em consideração. No que diz respeito aos alunos surdos deve ser levado em consideração tanto a sua especificidade linguística quanto cultural.

MARCOS LEGAIS DA INCLUSÃO.

Em todo o mundo, a partir da década de 90 começa a disseminação de novas formas de pensar a educação visando atender as novas demandas do mundo contemporâneo. A Educação Inclusiva consolida-se a partir da Conferência de Educação para Todos, ocorrida em 1990, na Tailândia, tendo como foco a criação de mecanismos que pudessem contemplar a todos, sem distinção. A Declaração de Salamanca ocorrida em 1994 foi outro marco importante na história da educação para as pessoas com necessidades educativas especiais, objetivando, sem distinção a inclusão de todas as crianças no ensino regular, tenham elas necessidades educativas especiais ou não.

Dentro deste panorama histórico, a inclusão chega ao Brasil tendo como eixo central a Constituição Federal de 1988 a qual fala que todos têm direito a educação (Brasil, 1988) e com a criação da lei nº 9394/96-Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação garantindo que o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais aconteçam **preferencialmente** nas redes do ensino regular.

Entretanto, o uso deste advérbio gerou certa discussão em relação à matrícula de alunos com necessidades educativas especiais no ensino comum e a não aceitação por parte de alguns segmentos como professores e direção da escola, pois remete a ideia de optar entre o ensino regular e o especial.

A Educação Inclusiva visa romper com velhos paradigmas existentes em nossa sociedade, tendo como ponto de partida que todos são seres humanos e os indivíduos aprendem por meio da sua singularidade, cada um com suas diferenças que os definem, tendo por intuito à busca de uma aprendizagem satisfatória, a contemplação de suas necessidades e o desenvolvimento pleno de cada um.

O ensino inclusivo já faz parte de nossa realidade e ao falar sobre a inclusão nos vem logo em mente pessoas com deficiência, nas palavras de Carvalho (2011):

Parece que já esta condicionada a ideia de que a inclusão é para os alunos da educação especial passarem das classes e escolas especiais para as turmas do ensino regular. Esse argumento é tão forte que mal permite discutir outra modalidade de exclusão: as do que nunca tiveram acesso às escolas, sejam alunos com ou sem deficiência e que precisam nelas ingressar, ficar e aprender (CARVALHO, 2011, p.27).

Para que a inclusão dessas pessoas seja de fato concretizada, faz-se necessário repensar as práticas pedagógicas adotadas partindo da ideia que todas as pessoas são capazes de aprender independentemente das necessidades, desde que, para

isso sejam oferecidas condições favoráveis para seu o aprendizado.

Dentro da perspectiva inclusivista, devemos entender que, se antes essas pessoas eram rotuladas como incapazes, vivenciando modelos integracionistas de educação, no qual a pessoa tinha que se adaptar a escola, neste novo modelo, a escola deve fornecer os subsídios necessários para o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Torna-se necessário, um novo olhar em prol da Educação Inclusiva, uma vez que as leis em vigor garantem que todas as crianças sejam matriculadas na educação básica, porém, as escolas em sua grande maioria não estão preparadas para receber esses educandos oferecendo-lhes um ensino que não satisfaz as necessidades dos educandos.

O próprio Ministério da Educação reconhece que incluir não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades educativas especiais na classe comum, ignorando as suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola o apoio necessário a sua prática pedagógica (Brasil, 1998).

Neste sentido, a escola precisa organiza-se e planejar suas atividades visando atender as diferentes formas de aprendizagem, enquanto indivíduos constituidores de direitos e assim oferecer um ensino profícuo.

A EDUCAÇÃO DE SURDOS

A Educação de Surdos é pautada em um campo fértil de discussões e polêmicas, uma vez que faz uso de uma língua diferente da comunidade ouvinte, esbarrando em práticas predominantemente oralistas que tem na educação formal a sua forma de expressão, ocasionando um impasse para uma educação de qualidade voltada para a pessoa surda.

Ao se tratar de inclusão de surdo no ensino regular faz-se necessário levar em consideração os aspectos linguísticos e culturais pertencentes à comunidade surda como fator de equidade de condições para o desenvolvimento pleno entre os indivíduos, tendo a Libras como eixo central.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, afirma que:

A Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

Esse direito dos surdos se comunicarem em sua língua natural foi

regulamentada pelo decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 concedendo a criança surda o direito de ter uma educação baseada em uma proposta bilíngue, na qual deve haver a valorização e o reconhecimento da língua a qual o surdo tenha domínio.

Contudo, apesar dos avanços consideráveis referentes à educação em nosso país, as leis em vigor ainda não são suficientes para garantir ao indivíduo um aprendizado eficaz, principalmente no que tange a pessoa surda, devido às práticas educativas em sua grande parte serem voltadas para a maioria ouvinte.

Citando Silva (2001):

No currículo há o conflito na compreensão do papel da escola, em uma sociedade fragmentada do ponto de vista racial, étnico e linguístico. É preciso assumir em uma perspectiva sociolinguística e antropológica na educação dos surdos dentro da instituição escolar, considerando a condição bilíngue do aluno surdo (SILVA, 2001.p.21).

Assim, é notável que as escolas não levam em consideração a Libras, que é a língua específica da comunidade surda, de modo que os surdos sofrem as consequências da falta de comunicação por meio de sua língua natural, cuja modalidade é diferente das línguas da maioria dos sujeitos envolvidos no processo educativo. A língua de sinais é de modalidade visuo-espacial e a oral é de modalidade oral-auditiva.

A Libras por ser uma língua de modalidade viso-espacial, forma pela qual o surdo apreende as informações, já que não tem acesso às influências da parte auditiva é a maneira mais adequada para garantir com sucesso a sua comunicação. Essa visão é contrária de ideias que por muito tempo estigmatizaram e afastaram os surdos dos movimentos sociais, políticos e educacionais, na qual estes sujeitos eram entendidos pela sociedade majoritária como seres incapazes de aprender e participar de atividades da vida em sociedade.

Somente depois dos anos 60 a língua de sinais adquiriu status linguísticos, a partir dos estudos científicos desenvolvidos pelo linguista William Stokoe (GESSER, 2009), que comprovou sua eficácia para a educação de surdos, confirmando que a língua de sinais tem todas as características e fundamentos de uma língua autêntica, portanto, o surdo deve aprender e se comunicar pela experiência visual.

Neste sentido, sendo a libras a língua natural utilizada pela comunidade surda, esta, portanto deve ser adquirida primeiramente e a partir desta o surdo entrará em contato com a língua da sociedade majoritária.

METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, segundo Chizzotti (1991, p.80) a valorização da relação entre sujeito e objeto, ressaltando que a “contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens”.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a aplicação de entrevistas com roteiro semi-estruturado para 4 professoras de 3 escolas da área urbana do Município de Santarém, Oeste do Pará. O critério da seleção das escolas e dos professores foi que tivesse pelo menos um aluno surdo incluído no ensino regular. Neste estudo, as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, a fim de permitir o registro das falas dos sujeitos em tempo real e de forma fidedigna.

Os dados analisados foram discutidos através da articulação das falas dos entrevistados com os referenciais teóricos, sendo distribuídos nas seguintes categorias: 1) Formação de professores para trabalhar com alunos surdos; 2) Concepção de educação de surdos; 3) Concepção de língua de sinais (Língua de Sinais e Uso da Língua de Sinais na escola); 4) Implementação da educação de surdos no ensino regular e 5) Avaliação da inclusão do surdo.

RESULTADOS OBTIDOS

As escolas serão representadas pelas siglas E1, E2, E3, e para os professores serão criados nomes fictícios, com o objetivo de preservar sua identidade. Na escola E1, temos a professora Aline, na escola E2 Rebeca e Jane e na E3 Isaura.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS

Em relação a esta categoria sobre a formação de professores para trabalhar com alunos surdos, dos quatro sujeitos entrevistados três tem formação, seja realizada pela Secretaria Municipal de Educação ou por outros órgãos que oferecem cursos voltados para a área da surdez, a fim de melhorar o trabalho com esses alunos.

Dentro desta categoria destacaremos o tempo de atuação de trabalho dessas profissionais com os alunos surdos de forma que possa nos ajudar no desenvolver desse trabalho. Professora Aline: 1 ano (E1); professora Rebeca: 1 ano e professora Jane: 2 anos (E2); e professora Isaura: 15 anos (E3).

As professoras destacam que a formação continuada que o município

oferece não supre a necessidade que os mesmos têm para desenvolver com mais qualidade seu trabalho, como podemos observar na fala de uma das professoras que afirma: “Fizemos treinamentos, só que é de uma semana. É muito pouco, e quase ninguém tem essa vivencia assim” (E1 professora Aline). A Professora Isaura (E3) enfatiza que:

Eu mesmo não. Mas a Secretaria já ofereceu cursos nessa área, mas eu mesma resolvi correr atrás eu fiz cursos fora, no SENAC, minha especialização é na área de educação especial então sempre eu estou indo atrás, mas não pela secretaria.

Por outro lado, a professora Rebeca (E2) nos diz o seguinte: “Já recebi formação e sempre estou nos cursos de formação que são oferecidos”, enquanto, a professora Jane da mesma escola (E2) nos diz que “não recebi nenhum tipo de formação”.

Analisando a fala dessas duas professoras, verifica-se que ambas discursam a partir de pressupostos antagônicos, pois apesar de serem da mesma escola, a primeira com um ano de trabalho e a segunda com dois anos, é possível observar o empenho de uma na busca de aperfeiçoamento e conhecimentos para desenvolver seu trabalho com esses alunos, fato que não pôde ser identificado nas palavras da professora Jane que foi bastante sucinta ao afirmar que não recebeu nenhuma espécie de formação.

Não queremos de forma alguma afirmar que os professores que não recebem formação são culpados pelo fracasso da educação dos alunos surdos, mas queremos enfatizar a importância do trabalho em sala de aula de maneira que todos os alunos consigam compreender o que está sendo estudado e os professores a trabalharem levando em consideração suas particularidades a sua forma de comunicação.

Diante de tal situação Carvalho (2010) nos aponta a seguinte questão sobre a formação continuada dos professores:

Convém trazer para discussão o sentido e o significado da formação continuada que a coloca, apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se não houver, como rotina das escolas, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar. (CARVALHO, 2010, p.161).

Neste sentido, verifica-se que é imprescindível que os professores tenham formação continuada, para tanto, essa formação não deve ser entendida como algo a parte da escola, como obrigação dos professores buscarem fora dela, mas se constitui dentro da própria escola abrindo espaços de discussões, que viabilizem a promoção e a

sensibilização em respeito à diversidade. Essa formação não deve ser restrita aos professores, mas a todos que fazem parte da comunidade escolar.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS.

Nesta categoria nosso objetivo foi instigar os professores sobre a filosofia de educação de surdos que os mesmos adotam como fundamental para o processo educacional desses alunos. Diante disso, as entrevistadas nos informaram as seguintes opiniões “eu trabalho muito o ilustrativo, através de materiais concretos” (professora Isaura E3), quando questionada a respeito do assunto, professora Jane da escola E2 nos deu a mesma resposta “Trabalho através de ilustrações para facilitar o entendimento do educando”.

Assim, se observa que mesmo não estando tão explícito a concepção de educação de surdos dessas profissionais, evidenciamos que há intrinsecamente uma relação com os indícios de uma “concepção Bilinguista”, partindo do pressuposto das ações que as professoras utilizam para desenvolverem seu trabalho, com o uso de materiais visuais, levando assim em “consideração” o canal viso-espacial, meio pelo qual os alunos surdos sentem facilidade de contextualizar o que está sendo repassado na sala de aula. Supomos entre outras reflexões, que aos poucos os professores vão introduzindo no espaço escolar, timidamente o desenvolvimento de uma concepção com caráter “bilinguista”.

Com uma vertente mais sistemática da situação a professora Aline escola E1 nos responde “bom se tivesse um tradutor, quando o professor tivesse explicando, porque não dá para fazer as duas coisas falar e usar sinais”. Aqui notamos que a professora compreende que o uso concomitante de duas línguas não é uma prática eficaz para o aprendizado desse aluno, pois caso contrário a Comunicação Total teria obtido mais êxito em sua proposta de utilizar de todas as formas possíveis para se comunicar com o educando surdo. Além disso, a professora tinha clareza o fato de que ter um tradutor na sala de aula contribuiria para o melhor entendimento e participação desse educando diante dos conteúdos e atividades trabalhadas pelo professor.

Porém, mesmo com o enfoque de uma educação através da concepção bilinguista, ainda é fato, entre os professores a pratica de outras concepções como se observa na fala da professora Rebeca (escola E2) “quando estou explicando qualquer assunto, ele fica me olhando fazendo a leitura labial”. Diante desse pressuposto, podemos verificar o quanto ainda está presente na sociedade e principalmente no

interior de certas escolas os resquícios de fazer os alunos surdos utilizarem a concepção oralista, método pelo qual consistia na articulação da fala para a comunicação e não na valorização do uso da Língua de Sinais.

O bilinguismo entre tantas definições pode ser considerado o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais (Quadros *apud* Lopes, 2011), assim podemos dizer de maneira sintética que em situações distintas os alunos surdos “vivem nesse contexto”, porém, ressaltamos o quanto ainda é preciso para o estabelecimento de uma condição bilíngue real para a educação desses sujeitos, que consiga ultrapassar os limites das teorias e se concretizar na prática.

Diante disso, entendemos que o processo de inclusão dos educandos surdos no sistema regular de ensino, está ocorrendo mais com o objetivo de cumprir as leis que determinam que este aluno deve estar incluído neste sistema. No entanto, ainda requer muitas ressignificações das práticas educacionais e da visão acerca do surdo e de sua educação, a fim de fazer com que a inclusão dos surdos não seja apenas a ampliação de matrícula nas salas regulares sem as devidas precauções que favoreceram sua real participação no processo ensino-aprendizado.

CONCEPÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS

Propusemos essa questão no roteiro de entrevista, para percebermos se as docentes que atuam com os alunos surdos no ensino regular, tem compreensão da LIBRAS como uma língua, que tem estrutura e gramática específica, considerado como o meio mais adequado para comunicação e aprendizagem desses alunos.

Ao serem questionadas a respeito da Língua de Sinais, obtivemos o seguinte resultado: três professores adotam a LIBRAS como uma língua com estrutura própria, afirmando ser a forma de comunicação dos surdos, como relatam as professoras, Isaura, escola E3: “Libras é uma língua porque possui toda uma estrutura, e através da Libras os surdos se comunicam, e é a língua própria da comunidade surda”. Rebeca (escola E2) expõe: “Se você pensar a libras, na língua portuguesa na língua literária, em relação a eles que tem essa dificuldade de se comunicar é sim uma língua” e professora Jane também da escola E2 “A língua de sinais é uma língua, porque é a primeira língua dos alunos surdos, é a forma de como a pessoas surda se comunica”.

Em contraposição a essa concepção, a professora Aline da escola E1 diz que “a LIBRAS não é uma língua, porém ela torna-se língua devido o surdo se comunicar

por meio dela através do uso de sinais”. Podemos observar que a própria professora se contradiz, pois ora diz que ela é língua, ora diz que não, destacando a insegurança em falar sobre a temática.

Analisamos essa concepção ressaltando o conhecimento que as entrevistadas têm em relação à Língua de Sinais- LIBRAS- enquanto uma língua que se caracteriza por apresentar estrutura própria como qualquer outra língua e é o meio pelo qual os surdos se comunicam.

Diante disso, Honora & Frizanco (2009) ratificam o que já havíamos discutido que a língua de sinais se constitui de variedade linguística apresentando aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos e se diferenciando das demais línguas por utilizarem o canal visuoespacial, tornando a LIBRAS a identidade do sujeito surdo.

No que se refere ao incentivo do uso da LIBRAS, na escola todos os professores afirmam que é estimulada a propagação do uso da mesma, para que haja interação entre surdos e ouvintes no espaço escolar. Observamos isso através da fala das professoras “aqui na escola é incentivado sim às professoras do Atendimento Educacional Especializado - AEE e do ensino regular falam em LIBRAS com os alunos” (professora Jane escola E2). “Aqui na escola graças a Deus é incentivado, tem as suas carências né, como é normal, mas nós já temos uma sala própria de recursos, com vários materiais didáticos” (professora Aline escola E1) e a professora Isaura expõe:

Sim, quase todas as salas tem o alfabeto datilológico, desde a educação infantil quando ela trabalha o alfabeto a gente trabalha também com nossos alunos e eles interagem bem, por exemplo, à medida que eles vão aprendendo o português eles aprendem em Libras. (E3, professora Isaura).

No entanto, a professora Rebeca da escola E2 nos aponta outra questão “em relação aos recursos quase não dão incentivo, somos nós que vamos atrás mesmo, eu quando quero vou atrás e consigo dando sempre incentivo”. Percebemos que a professora sente carência de recursos que podem auxiliar na aprendizagem desses alunos na sala de aula regular, como: materiais com imagens, que facilitam a esses educandos a contextualização das atividades desenvolvidas.

A partir das referências feitas pelas entrevistadas diante de suas falas, que o incentivo do uso da LIBRAS no ambiente escolar está acontecendo, levantamos uma questão que precisa ser vista, e está relacionada a participação de todos os membros da comunidade escolar, quanto ao conhecimento da singularidade linguística desses alunos. É pertinente fazer essa ressalva, pois não adianta somente o professor do AEE e do

ensino regular terem esse conhecimento, mas é necessário a difusão para que a comunidade escolar saiba e compreenda a importância que o uso da LIBRAS tem para a comunicação com esses educandos.

IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Quanto à implementação da educação de surdos no ensino regular, cada professora faz uma abordagem diferente. Na escola E1 a professora Aline afirma “trabalho através do alfabeto datilológico o ABC em LIBRAS e também com uso de imagens”. Na escola E2 a professora Rebeca utiliza a mesma metodologia para todos os alunos (surdos e ouvintes), conforme destaca:

Bem, eu não faço muita diferença, quando estou fazendo uma metodologia de qualquer assunto, ele fica me olhando fazendo a leitura labial, depois ele me pede e vou com ele atendê-lo, mas é a mesma metodologia utilizada com os outros. (professora Jane escola E2)

A professora Jane da mesma escola nos expõe que “são escolhidos os conteúdos mais acessíveis à aprendizagem do aluno”, enquanto a professora Isaura da escola E3 trabalha os conteúdos de forma adaptada, “como eles não ouvem, eu trabalho muito o ilustrativo, através de vídeos e materiais concretos de forma que o aluno surdo consiga compreender e acompanhar o que está sendo repassado na sala de aula, como ela mesma disse, pelo fato de não ouvir, sabe da importância que tem de se trabalhar através do visual. Observamos também que essa professora tem experiência com alunos surdos há quinze anos, o que certamente ajuda na construção do que julga necessário para se trabalhar com esses alunos.

Por isso, enfatizamos a importância das adaptações curriculares no processo educativo dos alunos com necessidades educativas especiais. Como relata Carvalho (2010)

As adaptações curriculares devem ser entendidas como mais um instrumento que possibilita maiores níveis de individualização do processo ensino-aprendizagem escolares, particularmente importante para alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. (CARVALHO, 2010, p.105).

Para os alunos surdos as adaptações curriculares devem consistir de estratégias que envolvem a participação desses alunos no sistema regular de ensino, conforme apresentado a seguir.

As adaptações curriculares para a educação dos surdos constituem a forma mais adequada de atender suas necessidades educativas. Não se trata de elaborar um programa paralelo, mas de ajustar a programação regular adotada

para os demais alunos, uma vez que a maioria dos surdos pode beneficiar-se de um currículo regular. (BRASIL, 1997, p.32).

A prática pedagógica utilizada para educação de surdos requer metodologias diferenciadas, a qual forneça subsídios adequados para que os conteúdos abordados possam ser apreendidos pelos educandos surdos de forma significativa.

AValiação DA INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO REGULAR

Quanto á avaliação da inclusão do aluno surdo no ensino regular as entrevistadas avaliam de forma parcialmente positiva, como relata a professora Aline (escola E1) “Ela não tá 100%, mas tá satisfatório, o público de Santarém, quer muito! A escola aqui é referência nessa área, então eu vejo assim, que o atendimento tá satisfatório, tá melhorando cada vez mais, tá melhorando, vou colocar satisfatório”. Diante de uma visão bem sucinta a respeito da inclusão dos alunos surdos no ensino regular professora Jane da escola E2 diz “Em parte eu avalio de forma positiva”.

Professora Isaura, nos expressa uma avaliação que precisa ser encarada com mais atenção:

Eu avalio que deveria ter um olhar mais específico, um olhar especial para eles, porque muitas vezes a inclusão é: o aluno surdo está ali, mas se o professor não tiver força de vontade de aprender, de desenvolver um trabalho com essa criança então em vez de incluir acaba excluindo. (E3, professora Isaura).

De um ponto de vista relativo, podemos notar nas palavras dessa professora que é necessário que haja mais atenção na inclusão desses alunos, para que não seja apenas mais um incluído sem que sua participação seja efetivada. Isso não deve partir somente dos professores, mas também dos participantes da comunidade escolar, pois a inclusão não termina na inserção desses educandos nas classes regulares, mas é um processo que se constitui a partir desse movimento, por isso deve ser encarado por todos de forma acolhedoras, trazendo a esses alunos respostas positivas para seu ingresso e permanência na escola.

Em outro viés, a professora Rebeca nos enfatiza que considera a inclusão como sendo boa para esse aluno:

Puxa! muito bom, pelo menos não se sentem excluídos, é um privilégio. Ele participa de tudo, de todas as atividades mesmo, quando não entende, vou lá e falo com ele, ele agradece fica muito feliz. Tem uma relação normal com os colegas como se não tivesse nenhuma deficiência e os colegas também se relacionam muito bem com ele, isso é muito bom para sua inclusão. (Rebeca escola E2).

Partindo dos pressupostos mencionados ao longo dessa concepção,

verificamos que para a inclusão acontecer é necessário o trabalho em conjunto de toda a comunidade escolar, trazendo para a escola a importância do trabalho com a diversidade, compreendendo e ressaltando que ainda precisa melhorar bastante para que a verdadeira inclusão aconteça de maneira significativa apresentando aos educandos retorno satisfatório de sua entrada no espaço escolar, a começar principalmente pelos investimentos necessários na formação inicial e continuada dos professores.

Diante dos resultados, temos a compreensão de como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos surdos no município de Santarém, ressaltando que sua implantação precisa ser encarada com mais responsabilidade por todos os membros da comunidade escolar e sociedade em geral, pois não adianta termos políticas que só valem no papel, mas precisa sim de pessoas comprometidas com a educação desses alunos, que a tempo veem lutando por seus direitos como cidadãos e que hoje merecem uma educação em condições justas e dignas como qualquer outro cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada referente à inclusão dos surdos no ensino regular permitiu analisar que este processo encontra-se em fase de implementação nas escolas do Município de Santarém.

Verificou-se por meio das entrevistas que os professores em sua maioria, possuem formação para trabalhar com alunos surdos a fim de promover um ensino de qualidade levando em consideração as particularidades de cada um.

Referentes à concepção de educação de surdo, três professoras utilizam de estratégia de ensino diferentes para lidarem com alunos surdos, procurando através da prática tornar os conteúdos acessíveis a todos os alunos por meio de materiais visuais. Uma das professoras utiliza a leitura labial para se comunicar com o aluno surdo, refletindo em sua prática a desvalorização da língua de sinais.

Três dos sujeitos entrevistados concebem a Libras, como a língua própria da comunidade surda, forma pelo qual o surdo se comunica. Uma das professoras se contradiz ao falar sobre esta concepção revelando-nos pouco conhecimento a respeito da língua natural da comunidade surda.

Quanto à implementação de educação de surdos, duas professoras tem métodos diferenciados ao lidar com alunos surdos ao usar recursos visuais para facilitar a compreensão dos conteúdos para esses alunos, sendo que uma utiliza também o alfabeto datilológico. Uma das entrevistadas utiliza a mesma metodologia para todos

gerando um impasse no processo de ensino aprendizagem da pessoa surda, pois não leva em consideração a diferença e as especificidades de cada um. Enquanto outra escolhe somente os assuntos acessíveis para o aluno surdo, privando-lhes assim, o direito dele de ter acesso a todos os conteúdos pertinentes a sua série.

Os professores avaliam a inclusão dos surdos no ensino regular como um avanço no setor educacional, porém, ainda está em processo de implementação nas escolas para que o ensino de qualidade chegue ao acesso de todos.

Deste modo, a pesquisa nos possibilitou compreender que a inclusão de alunos surdos requer mudanças na prática educativa, preparando os profissionais que venham a trabalhar com esses alunos em prol de atender a todas as pessoas e respeitando as diferenças. Desse modo, a inclusão para o aluno surdo deve ser a prática que oportunize o acesso a sua língua e a valorização de sua aprendizagem, atendendo ao seu direito constitucional de acesso e usufruto com qualidade da educação.

Assim, não basta a criação de leis que indiquem a inclusão, mas precisa ser implementada políticas públicas de formação de professores, investimento na acessibilidade das escolas, compra de materiais adequados e a contratação de profissionais especializados, como os interpretes de Libras para fazer a ponte comunicativa para o aluno surdo. A pesquisa em questão aponta uma realidade específica da região norte, oeste do Pará, cujos indicativos econômicos e educacionais não são favoráveis, mas os alunos surdos estão nas escolas e não podemos *invisibilizá-los*, mas ao contrário valorizar sua língua, cultura e identidade como meios de oportunizar a sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais – adaptações curriculares:** estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial. SEF/SEESP: Brasília, 1998.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394. Brasília, DF, 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação**

Inclusiva. Brasília, jan.2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaedcespecial.pdf>. Acesso em : 03 de março.2013.

_____. **Declaração de Salamanca.** Espanha, 1994.

_____. **Decreto nº. 5.626.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez.2005.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **A Educação dos surdos.** Brasília: MEC/SEESP. 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5. 626.** Brasília, 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436.** Dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais- Libras- e outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr.2002..

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. 7. ed. Porto Alegre: Mediação. 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?** : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua**

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo.** São Paulo: Plexus, 2001.

UNESCO. **Conferência Mundial de Educação para Todos.** Jomtien, 1990.